

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**BRUNA DAYANE DE LIMA**

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: UM ESTUDO QUANTO ATUAÇÃO DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JI-PARANÁ.**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
Artigo**

**Cacoal – RO  
2014**

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: UM ESTUDO QUANTO ATUAÇÃO DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JI-PARANÁ.**

**BRUNA DAYANE DE LIMA**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação da Professora Ms. Ellen Cristina de Matos.

**Cacoal – RO  
2014**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O artigo intitulado “**Orçamento Participativo: Um Estudo Quanto Atuação do Conselho Municipal de Educação de Ji-Paraná.**”, elaborado pela acadêmica Bruna Dayane de Lima, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

---

**Professora Ms Ellen Cristina de Matos**  
**Presidente**

---

**Professora Dra. Suzenir Aguiar da Silva Sato**  
**Membro**

---

**Professor Ms. Evimael Alves Teixeira**  
**Membro**

---

**Média**

**Cacoal – RO**  
**2014**

## **AGRADECIMENTOS:**

Á Deus por me conceder a vida por ser minha luz, escudo e amparo durante a caminhada até aqui.

À Margarete minha mãe, não há expressão que quantifique a importância dela a mim, meu amor e gratidão eternos a ela dedico.

Aos meus irmãos Luana e Júnior por serem meus companheiros e testemunhas de risos e aflições nesta jornada.

Á Ramildo meu pai que do seu jeito me apoiou nesta jornada.

A meus queridos familiares que tantas vezes me estimularam no início desta jornada, mas que hoje moram com Deus, e aos demais que mesmo distantes ou próximos compartilham do encerramento desta etapa.

Ao seu Aparecido (*in memoriam*) e ao Gerson que nos conduziram no trecho Ji-Paraná/Cacoal/Ji-Paraná com tanto zelo.

Aos amigos e colegas, companheiros de aventura do ônibus.

Aos amigos de turma e aos demais que por tantas vezes foram apoio para que não desistíssemos da luta.

A todas e todos que tive a grata surpresa de encontrar nas formações do Projeto Semear, através da Rede de Educação Cidadã de Rondônia, de vocês levo ensinamentos pra vida!

À minha orientadora Ellen, que foi luz na construção deste trabalho, pessoa de coração tão bondoso como poucos que se encontram na vida. Aos demais professores, obrigada por tudo o que me transmitiram que Deus conceda a vocês muitas e muitas realizações e que permitam a tantos outros a conquista dos seus sonhos assim como colaboraram hoje com o meu.

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente.”

Paulo Freire

## ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: UM ESTUDO QUANTO ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JI-PARANÁ.

Bruna Dayane de Lima<sup>1</sup>

### RESUMO:

Um dos fatores que influenciam diretamente na qualidade da vida escolar de muitos estudantes do país está relacionado à estrutura oferecida pela escola. E para que haja melhorias com relação às condições por ela apresentadas, é necessária a contribuição dos envolvidos, ou seja, a participação popular. Os conselhos municipais representam a forma organizada dessa participação. A análise proporciona através de seus objetivos verificarem até que ponto os mecanismos participativos podem trazer mudanças na alocação de recursos públicos, essa evidência é possível através da demonstração de como ocorre essa contribuição e ainda na identificação da forma como o gestor público é influenciado, de acordo com a percepção dos agentes envolvidos diretamente com a aplicação dos recursos reservados a educação no município de Ji-Paraná com relação a sua destinação. Os resultados evidenciam que o Conselho Municipal de Educação exerce influência através da elaboração de propostas de aplicação dos recursos públicos, mas que é necessário ampliar a área de atuação e estimular a participação popular nas outras áreas além da educação, uma vez que estão diretamente ligados.

**Palavras-chave:** Educação, recurso público, conselhos gestores.

## 1 INTRODUÇÃO

A cobrança de tributos existe para subsidiar a prestação de serviços essenciais como saúde, segurança e educação, por parte do Estado à população, a qual não acompanhava ativamente e tão pouco fiscalizava a destinação dos recursos arrecadados pelo Estado. Este comportamento passivo do cidadão sofre alterações com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, pois surge então a garantia legal da participação social (controle social) no acompanhamento da aplicação de recursos públicos (RAMALHO; SILVA, 2011).

Uma das formas dessa participação resulta do exercício do controle social, no qual o cidadão exerce a função de acompanhar a utilização dos recursos públicos, tornando-se um instrumento indispensável para uma melhor gestão pública, em casos, como por exemplo, quando a sociedade nota que as ações realizadas pelos gestores públicos não atendem as demandas básicas da comunidade local, dentre elas o acesso à educação básica de qualidade, principal agente de mudança dos economicamente menos favorecidos (CALDEIRON e MARIM, 2002).

---

<sup>1</sup> Acadêmica concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quilles, com TCC elaborado sob a orientação da Professora Ms. Ellen Cristina de Matos.

A presente pesquisa propôs-se a verificar como se dá esse controle social em uma de suas vertentes, que é a atuação do Conselho Municipal de Educação, tendo como objetivo geral verificar até que ponto os mecanismos participativos na definição da alocação de recursos públicos podem trazer mudanças nas práticas políticas no âmbito do aprofundamento da democracia, buscando atender a seguinte questão: Como ocorre o controle social por meio da participação do Conselho Municipal de Educação?

Minghelli (2005), afirma que, a intervenção social se faz imprescindível quando o contribuinte se visualiza como protagonista da situação em que vive. E ao agir, assumindo vez e voz na destinação dos recursos públicos, surge um novo modelo de elaboração de aplicação de recursos financeiros do setor público: O Orçamento Participativo. Ao visualizar-se a estrutura da administração pública, observa-se a setorialização das demandas, por exemplo, há a secretária de obras, de saúde, de educação. Nos moldes de governança participativa, o setor de educação, que é ferramenta chave deste processo de mudança será considerado o principal meio de transformação social.

Dentre as possibilidades que os economicamente menos favorecidos têm de melhorar suas perspectivas de vida, a educação é uma delas, no entanto, para que este meio seja atrativo aos seus usuários é indispensável que se tenham condições favoráveis ao seu uso. E um dos fatores que influenciam diretamente na qualidade da vida escolar de muitos estudantes do país está relacionado à estrutura oferecida pela escola, tanto no ensino quanto a física que a escola apresenta (BASTOS, 2005).

As recentes manifestações ocorridas no cenário político brasileiro confirmam a insatisfação generalizada da população com relação às políticas públicas vigentes no nosso país. Mudanças se fazem necessárias em caráter de urgência para que haja transformação deste panorama. E a participação da sociedade civil se faz imprescindível nesta construção do novo modelo de estado que se deseja viver.

Os conselhos municipais representam à forma organizada dessa participação, logo a realização desta pesquisa justificou-se em analisar qual a real atuação do Conselho Municipal de Educação da cidade de Ji-Paraná/RO frente à aplicação dos recursos obrigatoriamente destinados a educação.

A adequada construção destes personagens envolvidos permite que para que haja continuidade da influencia dos mesmos, sobre os gestores durante o planejamento da aplicação dos recursos destinados à educação é necessário que se estimule a participação popular, mas que esta seja devidamente capacitada á contribuir para a permanente construção da educação pública de qualidade.

A presente pesquisa justificou-se por evidenciar de que forma o conselho municipal de educação influencia o gestor público com relação à aplicação dos recursos destinados a educação e como acontece. Contribuir com a pesquisa acadêmica também se revela uma de seus motivos de realização, já que se observa que as pesquisas direcionadas aos conselhos gestores são na maioria destinadas à área de saúde.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A seguir aborda-se os aspectos conceituais relevantes a presente pesquisa.

### **2.1 ORÇAMENTO PÚBLICO: ASPECTOS CONCEITUAIS**

Orçamento público é a ferramenta utilizada pelos gestores públicos para se realizar uma prévia das receitas e despesas em determinado período. É este planejamento que irá direcionar onde serão alocados os recursos que cada órgão arrecada durante o exercício financeiro.

Existem diversas definições para orçamento publico há correntes que o definem como peça de planejamento, outras que claramente usam a palavra lei. Angélico (1995 p. 18-19), afirma que é um programa de trabalho, que apresentará o planejamento a ser realizado pelo executivo, deverá ser previamente autorizada por órgão representativo, e obrigatoriamente prevista em lei.

Subjetivamente Silva (2000 p. 21), diz que é o meio pelo qual a população aprova através de seus representantes legais os gastos que o Estado fará durante o exercício financeiro que no Brasil coincide com o ano calendário. Entretanto, esta participação não se dá satisfatoriamente, haja vista, a população não ser consultada no momento da elaboração das propostas de aplicação do recurso posteriormente.

Slomski (2003 p. 333) o define como uma lei de iniciativa do Executivo, disposto na Constituição Federal e leis complementares. Obedecendo aos princípios orçamentários, e trará no seu escopo a previsão da receita e a fixação da despesa.

De acordo com Silva (2012 p. 30-40), a forma de governo vigente (regime político) é quem vai definir a forma de elaboração do orçamento que pode ser realizado de três formas:



Quadro 1: Formas de Governo

Formas de Governo	Descrição
Legislativo	Compete ao legislativo elaborar, votar e aprovar, uma vez realizadas todas essas etapas, o executivo é quem assume a função de executá-lo. Adotado em regimes parlamentaristas
Executivo	Quem elabora e aprova é o Poder executivo. Comum onde o Estado adota o regime político absolutista
Misto	O executivo elabora a função de votar e controlar sua aplicabilidade é do legislativo (método adotado no Brasil).

Elaborado pelo autor.

Dentre as classificações existentes com relação ao modelo de elaboração podem surgir de quatro formas: orçamento tradicional, orçamento de desempenho ou de realizações, orçamento programa, orçamento base zero e o orçamento participativo.

#### 2.1.1 Planejamento Orçamentário

A Constituição Federal nos artigos 165 a 169 sob o Título dos Orçamentos prevê a questão do planejamento orçamentário e como este deve ocorrer. A elaboração é realizada no primeiro ano de mandato do poder executivo, e sua vigência será para os quatro anos subsequentes, portanto se inicia no 2º ano de exercício e findando no primeiro ano de mandato seguinte, (SLOMSKI, 2003).

Este planejamento denominado Plano Plurianual (PPA) é quem vai subsidiar as informações contidas nas outras peças contábeis de execução orçamentária, é indispensável que haja uma ligação entre estas. O orçamento é quem detalha monetariamente quais as ações previstas pelo órgão, enquanto o Plano Plurianual vem destrinchar as ações sem mencionar valores. (Andrade, 2002)

##### 2.1.1.1 Plano Plurianual

Planejamento que assume função orçamentária, cuja duração é de quatro anos, e contempla o segundo ano de mandato do atual dirigente até o primeiro ano de mandato subsequente. (Castro; Lima 2000). A legislação pertinente orienta que os instrumentos a serem utilizados para elaboração deste são: as diretrizes, os programas evidenciando as ações e seus respectivos objetivos, e ainda as metas de governo.

As diretrizes irão orientar as linhas gerais de ação, através de critérios que definem a estratégia adotada pelo governo. Os programas são os responsáveis por projetos que posteriormente irão realizar o atendimento as demandas da população, através da viabilização de ações práticas, funcionam ainda como elo entre Plano Plurianual e Orçamento. As metas mensuração qualitativa e quantitativa das ações são quem direciona qual parcela da população vai ser atendida.

#### 2.1.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias

São as metas e prioridades da entidade pública, inclusive as despesas de capital a serem realizadas no exercício financeiro subsequente. Funciona como planejamento operacional norteando a Lei Orçamentária Anual, regula as possíveis alterações na legislação tributária local, e ainda delibera acerca da política de aplicação das agencias financeiras oficiais de fomento (Andrade, 2002).

#### 2.1.1.3 Lei Orçamentária Anual

Aplicação do orçamento propriamente dito. Instrumento legal que deve conter o orçamento fiscal das três esferas do governo união, estados e municípios. Detalha a receita e despesa pública. É um procedimento continuo dinâmico e flexível, que vai se adequando de acordo com a movimentação financeira do setor público, para que sua execução não seja prejudicada.

### 2.2 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

De acordo com Avritzer e Navarro (2003), orçamento participativo pode ser definido como um processo que produz transformação social, como uma instituição democrática e como uma instituição inovadora de elaboração de políticas públicas. Ampliar a consciência dos direitos sociais, políticos e civil da população são funções fundamentais do orçamento participativo, possibilitar as pessoas que vivem a margem da sociedade e que veem a política e os direcionamentos realizados por seus representantes como algo inacessível também.

A efetiva transformação social, promovida pelo orçamento participativo permite a população assumir o papel de protagonista das obras que ela própria financia, participando na elaboração de propostas sobre o que vai ser feito, como e ainda atuando como agente de fiscalização do que foi planejado.

Essa representatividade se dá por meio dos Conselhos Municipais, onde são definidos os representantes da comunidade, o processo que não muito se altera do tradicional modelo de representação democrática, vê seu diferencial na questão de estes porta-vozes não estarem atrelados ao governo.

#### 2.2.1 Orçamento Participativo no Brasil

O Brasil tem na sua trajetória política um histórico de governança não muito favorável a sua população. A segregação social fortaleceu políticas excludentes ao analisarmos a questão da participação de seus habitantes

no cenário político. E uma das grandes entraves desta é a relação clientelista dos gestores públicos com a elite financeira do país.

A experiência de orçamento participativo de acordo com Giacomoni (1997) surgiu no Brasil no município de Lajes – (Santa Catarina) no final da década de 70, seguido Boa Esperança (Espírito Santo), Diadema (São Paulo) e Recife (Pernambuco) no final dos anos 80, período que também é implantado o caso mais conhecido o de Porto Alegre no ano de 1989.

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, garantiu explicitamente a participação popular através de referendos, plebiscitos e os conselhos municipais Mortatti (2006). Os movimentos de iniciativa popular eclodem também neste período e tem como papel principal garantir o aumento de espaços da participação popular, uma vez que se ampliando o dialogo acerca da importância desta participação, promovendo a reflexão racional, e favorecem a qualidade da intervenção durante a elaboração de políticas públicas culminando na apresentação de argumentos satisfatórios.

O orçamento participativo deve ser visto como uma ferramenta no processo de gestão democrática, desmistificando as informações acerca do desempenho das peças contábeis públicas, conscientizando e esclarecendo o cidadão acerca destas informações. A queda deste tabu permite a luta justa por melhorias nas políticas públicas, consequentemente interferem diretamente na sua qualidade de vida.

### 2.3 EDUCAÇÃO NO BRASIL E CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: FONTES, GESTÃO E CONTROLE DOS RECURSOS DESTINADOS Á EDUCAÇÃO.

O acesso à educação como direito universal vem desde a época da Revolução Francesa e foi mencionada na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, tendo sido proclamada em 1948, pela Organização das Nações Unidas no documento denominado Declaração Universal dos Direitos do homem, após a Segunda Guerra Mundial.

No Brasil essa garantia surge ainda durante o período imperial, devido algumas províncias declararem obrigatória a oferta do ensino primário. Juridicamente essa obrigatoriedade configurou já na constituição de 1824, fazendo do país um dos primeiros do mundo em possibilitar a população o ensino gratuito, (DOURADO, et. Al. 2006).

Tempos depois e uma nova versão da Constituição de 1934 a educação tem papel de destaque, garantindo o acesso a todos os cidadãos e atribuindo a tarefa de subsidiar tanto a família, como também aos entes públicos.

O direito a educação é de fato ampliado na Constituição de 1988. O artigo 6º reza que “são direitos sociais a educação, o trabalho, o lazer a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados na forma desta constituição”.

O artigo 205 da mesma Constituição Federal diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Observa-se que a família tem dever legal de prover pela educação dos seus, entretanto não isenta o Estado da sua corresponsabilidade.

Para que a obrigatoriedade do fornecimento gratuito de instrução seja realizada no país de acordo com o disposto na legislação, a mesma prevê a vinculação de um percentual de recursos específicos que cada ente governamental deve destinar a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Os recursos destinados a educação são distribuídos de acordo com suas finalidades veja-se a seguir a descrição de alguns dos principais programas que fomentam a educação básica no Brasil disponíveis no sitio do Ministério da Educação conforme explicitado no quadro 2.

**Quadro 2: Programas de Financiamento da Educação**

<b>Programa</b>	<b>Descrição</b>
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)	Instituído em 1996, é considerado de grande porte, devido o valor de seu montante atender todas as demandas existentes no ensino fundamental. Este recurso é destinado, de acordo com o previsto no artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a remuneração dos profissionais atuantes na modalidade magistério e ainda custear despesas decorrentes da manutenção do ensino dentre estas materiais de uso e consumo, entre outros. A vigência do fundo encerrou em 2006;
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)	Planejado para substituir o então vigente FUNDEF (fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério). Estende o atendimento a toda rede de educação básica que contempla desde a creche até o ensino médio incluindo a educação de jovens e adultos (EJA). Utilizado no financiamento das mesmas despesas mencionadas no FUNDEF previstas no artigo 70 da LDB, dentre elas subsidiar pesquisas que melhorem a qualidade e expansão do ensino. Irá vigorar até o ano de 2020;
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Instituído em 1995 é o recurso financeiro destinado unicamente para alimentação escolar dos alunos devidamente matriculados, em instituições públicas ou filantrópicas, na educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos). De acordo com informações prestadas no sitio do Ministério da Educação seu objetivo é atender as necessidade nutricionais do educando e garantir a presença desta na sala de aula.  Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa de ensino:  a) Creches – R\$ 1,00 b) Pré-escola – R\$ 0,50 c) Escolas indígenas e quilombolas – R\$ 0,60 d) Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos – R\$ 0,30. e) Ensino integral (Mais Educação) – R\$ 0,90

Continua na próxima página.

Quadro 2: Programas de Financiamento da Educação (continuação).

<b>Programa</b>	<b>Descrição</b>
Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)	É responsável por subsidiar o fornecimento de materiais literários entre outros que atuem como material de apoio à prática da educação básica. São divididos em três modalidades: a) Programa Nacional Biblioteca da Escola Periódico – revistas que auxiliam na atualização dos educadores, da equipe pedagógica e dos gestores da instituição de ensino; b) Programa Nacional Biblioteca da Escola Temático – recurso destinado à aquisição de obras que tenham como base a valorização da diversidade humana, estimulando a formação cidadã, afirmando valores contrários a situações excludentes tais como preconceito e discriminação. Norteado em nove temas que compõe o cenário nacional: indígena; quilombola; campo; educação de jovens e adultos; direitos humanos; sustentabilidade socioambiental; educação especial; relações étnico-raciais e juventude; c) Programa Nacional Biblioteca da Escola do Professor – custeia aquisição de acervo que irão contribuir com os professores dentre outros no momento do planejamento das atividades a serem realizadas na sala de aula com os alunos.
Programa Brasil Profissionalizado	Programa de fomento da rede estadual de escolas técnicas, através de repasses do governo federal. Fundado em 2007, esta modalidade de financiamento da educação possibilita à atualização e expansão deste tipo de ensino, atendendo assim seu principal objetivo que é integrar os conhecimentos adquiridos no ensino médio a prática.
Programa Dinheiro Direto na Escola	Atua na prestação de assistência financeira, como suplemento de fundos, em escolas públicas da rede estaduais, municipais e do Distrito Federal e ainda as escolas privadas que tenham finalidade não lucrativa (filantrópica), desde que registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Criado em 1995, o PDDE desenvolve ações que objetivam melhorias na infraestrutura tanto física quanto pedagógica das instituições de ensino, contribuindo para melhorar o índice de desempenho da educação básica (IDEB);
Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)	Meio legal de suprir as demandas com livros didáticos, acervos de obras literárias, complementares e dicionários. Dividi-se em: PNLD Educação de Jovens e Adultos, PNLD Campo, PNLD Obras Complementares, PNLD Alfabetização na Idade Certa, PNLD Dicionários;
Programa Nacional de Informática na Educação	Criado em 1997 por força da portaria nº 522 de 09/04/1997. Tem como atividade fim promover o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação para enriquecer o processo de aprendizagem dos alunos do ensino público matriculados nas etapas fundamental e médio. Em 2007 o programa recebe uma nova denominação através do decreto 6.300 Programa Nacional de Tecnologia Educacional.

Fonte: Adaptado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2013).

A autonomia promovida pela questão da liberdade na gestão orçamentária exige da comunidade participante a tarefa de coletivamente construir um projeto político-pedagógico que tenha vindo de uma infinidade de discussão, planejamentos, proposições, levando em consideração a legislação vigente aplicável ao setor e ainda adequando este a realidade na qual a escola está inserida.

Essa flexibilidade conferida aos conselhos através de assembleias onde são determinados os direcionamentos dos recursos financeiros da educação deve garantir as condições para o efetivo funcionamento das instituições educacionais. A viabilização dos projetos elaborados também devem ser ações possíveis de serem executadas por estes recursos ainda que parcialmente.

A participação popular no tocante a acompanhamento e fiscalização dos recursos disponibilizados para a educação é fundamental, e é dever da administração pública publicizar toda a movimentação por qual passa o dinheiro que o contribuinte forneceu a ela. As peças

orçamentárias estão disponíveis para qualquer pessoa que se interesse em saber basta procurar nos sítios virtuais do órgão, ou mesmo se dirigir as sedes do Poder Legislativo ou Executivo da sua região.

## 2.4 CONTROLE SOCIAL.

O Controle Social pode ser entendido como o monitoramento contínuo do planejamento e ações realizadas pelos gestores públicos, efetivado através da participação cidadã, a fim de fomentar e estimular a cidadania da população local (BRASIL, 2013). É quando se visualiza a participação popular de fato no direcionamento das ações dos entes públicos e posteriormente nos momentos de fiscalização e controle.

### 2.5.1 Controle Social no Brasil.

A década de 1980 teve como um de seus grandes marcos o fim do regime militar no Brasil, culminando em um processo de redemocratização, além de intensificar o diálogo entre cidadãos e Estado. A construção da Lei Magna que iria vigorar após este período não poderia deixar de ter participação da sociedade civil (BRASIL, 2013). A construção coletiva através de emendas populares descentralizou decisões, e o que era competência apenas dos gestores públicos sofre influencia de seus principais interessados a população.

### 2.5.2 Mecanismos de Controle Social.

O desempenho da função de controle pode assumir diferentes perfis, como exemplo, a ação popular garantida a qualquer cidadão que esteja em pleno gozo e seus direitos políticos quando comprovado que o interesse individual está sendo sobreposto ao coletivo (GUIMARÃES, 2012). Outro mecanismo é assegurado no código do consumidor que em seu primeiro artigo estabelece que é função do mesmo estabelecer normas de proteção e defesa ao consumidor, de ordem pública e interesse social (BRASIL, 1990).

A defensoria pública garante a população assistência jurídica gratuita aos comprovadamente carentes é um dos meios de a população exercer diretamente controle social. Indiretamente ou por meio de seus representantes cabem ao legislativo as funções de fiscalização e controle das ações realizadas pelo executivo. As comissões, grupo de pessoas

que formam órgãos fiscalizadores e que atuam como intermediários no dialogo de assuntos que envolvam interesses coletivos (GUIMARÃES, 2012).

É possível também que a comunidade local participe através de audiências públicas, esse mecanismo representa a possibilidade da população oferecer sua opinião acerca de determinado assunto ou demanda. Ou ainda quando um determinado grupo de pessoas que atuem em determinado segmento estão insatisfeitos e delegam representantes surgem os sindicatos, estes galgam benefícios que posteriormente podem ser estendidos à coletividade de maneira geral (CUNHA, 2013).

As organizações não governamentais, responsáveis por atuarem como mediadores entre Estado e sociedade civil, ou ainda desempenhar funções que são do governo, e ainda exercer em determinadas situações a de controle social de recurso público. A exemplo AMARRIBO Brasil uma organização sem fins lucrativos caracterizada como OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público) que atua em parceria com a sociedade civil, iniciativa privada e representantes dos setores públicos, no acompanhamento da gestão dos bens públicos, promovendo a probidade, a ética e a transparência (AMARRIBO, 2013).

As universidades também contribuem para o fomento do exercício do controle social, isso ocorre através da promoção da integração entre poder público, academia e comunidade local. Essa integração é realizada através da mobilização de pesquisas e momentos de dialogo, para logo após publicizar em manifestações, passeatas, panfletagens, enfim de todo e qualquer meio que divulguem as iniciativas das universidades a fim de promover o controle social das ações dos gestores públicos (CUNHA, 2003).

As ouvidorias independentes são um dos meios de promover a participação popular na atuação dos gestores públicos uma vez que por meio deste recurso é possível registrar sua insatisfação e ainda de denunciar uma possível violação do seu direito de contribuinte. A Prefeitura Municipal de Curitiba realizou uma experiência com este recurso nos idos de 2000 para além de aproximar a administração pública da população, ouvir suas demandas e acelerar o processo de viabilização para atendimento daquelas mais urgentes e possíveis.

O Código Civil em seu artigo 53 define que as associações são pessoas que se unem para atender demandas sem fins não econômicos. E um das formas de representação dessas associações são os observatórios Sociais. Os observatórios sociais atuam como atores no controle social dos gastos públicos, além de promover a capacitação da população através da oferta de cursos na área de educação fiscal, introdução de micro e pequenas empresas nos processos licitatórios melhorando a qualidade de renda da população local, e ainda estimulando a concorrência com relação aos preços no processo de licitação e ainda na

construção de indicadores de gestão pública através da realização de comparativos de cidades de mesmo porte, a divulgação deste indicador à população ocorre em intervalos de quatro meses.

Observa-se que há diferentes formas e espaços que permite o exercício do controle social. O acesso é facilitado, desde que haja interesse e disponibilidade das pessoas que compõe a comunidade local. A evidenciação de ações que tenham tido resultados favoráveis não acontece de imediato, por isso exigem comprometimento e perseverança, daqueles que militam em favor de causas que beneficiem a coletividade.

#### 2.4.3 Conselhos Gestores de Políticas Públicas.

Salles (2010), afirma que a constituição dos Conselhos Municipais foi um dos agentes que contribuíram no movimento existente em prol da flexibilização dos espaços onde são construídas ações e políticas públicas, e que favorecer o processo de autonomia política e administrativa da gestão pública direta ou indireta estimulou renovações tanto nos aspectos institucionais quanto infraconstitucionais.

Os conselhos representantes que desempenham a função de controle social da Gestão Pública em diversas áreas entre elas a educação, tem entre seus anseios o de atuar como intermediador entre Estado e Sociedade Civil por ter facilitado o acesso aos gestores públicos e conhecer as demandas nos setores em que atuarem estimular a população ao assumir a postura de cidadania atuante, promovendo a sua participação na construção e planejamento de ações, ampliando a transparência da utilização do recurso público, acelerando o processo de identificação e responsabilização dos agentes públicos que façam mau uso do patrimônio público (CUNHA, 2003).

Gonh (2001), afirma que no decorrer do século vinte os conselhos apresentam particularidades que acabam por identificar sua área de atuação, e enumera três modalidades:

1. Aqueles instituídos pelo Poder Executivo, cuja finalidade é exercer o papel de medidor entre o Estado e movimentos ou organizações de iniciativa popular;
2. Os de iniciativa popular, construídos essencialmente por movimentos populares, ou por setores organizados existentes na sociedade civil nas relações existentes junto ao poder público;



3. E por fim os institucionalizados, á estes é conferida a possibilidade de participação da gestão dos negócios públicos fundados por lei.

Lacerda e Lima (2011), afirmam que no Brasil a legitimidade das reivindicações de movimentos sociais que lutam pela gestão democrática da educação culminou em melhorias que estão previstas hoje na legislação, planos e programas vigentes, o que já garantiu avanços políticos, além de fortalecer os movimentos sociais que tem como bandeira a garantia da existência de uma educação pública, gratuita e de qualidade, onde seus usuários possam exercer plenamente a democracia, e que tudo isso seja garantido por força de lei.

De acordo com Gadotti (1997), a tendência mundial é construir um sistema educacional para o terceiro milênio baseado no tripé: autonomia da escola, professores capacitados e participação popular. E a tarefa de estimular para que esse processo seja sustentável é dos conselhos. Através da realização de ações que estimulem a renovação dos participantes para que haja continuidade na existência de espaços como estes que exercem papel tão importante para a sociedade de maneira geral.

## 2.5 CONTROLE SOCIAL NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

A continuidade no financiamento da educação é indispensável para que o direito a educação seja realmente efetivado. Fiscalizar e acompanhar a aplicabilidade destes recursos acontece através de mecanismos de controle social, em especial pelos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social. (BRASIL, 2013)

Para que haja uma estruturação inicial considerável a inclusão do Poder Legislativo se faz necessária na construção deste processo, além destes deverá configurar a participação das entidades de classe através de seus representantes; sendo eles os sindicatos ou associação de educadores, a associação de pais e professores, grêmio estudantil, dentre outros; essa diversidade confere legitimidade e transparência ao grupo. (BRASIL, 2013).

Acompanhar, controlar, supervisionar, aprovar, todas as ações que irão influenciar na aplicação dos recursos disponibilizados para educação é papel fundamental destes conselheiros, por isso a exigência pluralidade, já que esta confere maior garantia de transparência e ainda efetiva à aplicabilidade dos recursos na educação. (BRASIL, 2013).

### 3 METODOLOGIA

Pesquisar é a forma encontrada pelo homem para sanar ao menos provisoriamente uma dúvida ou uma hipótese. Guedes (2000) afirma que, os seres humanos não dispõem da verdade absoluta, mas de algumas impressões que surgem de acordo com a maneira como as pessoas relacionam seus sentidos com o que acontece ao seu redor, essas impressões vão concedendo ao ser conhecimento.

Definir o tipo de pesquisa ideal para a proposição que se deseja desenvolver deve ser pensado ainda quando da formulação do problema, uma vez que esta irá proporcionar o desafio imposto por este. Assim quando se analisa o aspecto de abordagem do problema ela pode se apresentar como pesquisa quantitativa, qualitativa ou quali-quantitativa.

Reis, (2005) afirma que “a pesquisa qualitativa defende a ideia que, na produção de conhecimento sobre os fenômenos humanos e sociais, nos interessa muito mais compreender seus conteúdos do que descrevê-los, explicá-los”. A pesquisa qualitativa observa e extrai as informações pertinentes no ambiente em que ocorrem, sem que haja intervenção do pesquisador.

A presente pesquisa com relação a sua abordagem se qualifica em qualitativa por analisar a percepção do público selecionado (conselheiros municipais de educação, gestores das escolas municipais e presidentes das associações de pais e professores) para aplicação do questionário quanto ao exercício ou não de influência no momento de aplicação do recurso público destinado obrigatoriamente à educação.

O tema aqui proposto se apresenta com características de pesquisa descritiva, por se propor analisar a percepção de alguns agentes envolvidos direta ou indiretamente na alocação dos recursos públicos aplicados na educação, os conselheiros municipais de educação, os gestores das escolas municipais e os presidentes das associações de pais e professores dessas escolas, todos no município de Ji-Paraná.

Utilizou-se de ferramentas como a pesquisa bibliográfica, uma vez que dentre seus objetivos específicos encontrava-se o de analisar as abordagens sobre Orçamento Público e Orçamento Participativo no Brasil, dentre outros aspectos relevantes para a pesquisa. Outro instrumento que subsidiou a pesquisa de campo foi à aplicação do questionário estruturado contendo questões majoritariamente fechadas.

Analisando o contexto da pesquisa e a relevância dos agentes envolvidos optou-se por aplicar a pesquisa junto aos conselheiros municipais de educação, gestores das escolas municipais e presidentes das associações de pais e professores das mesmas escolas.

Realizou-se um levantamento junto à secretaria municipal de educação (SEMED) de Ji-Paraná e descobriu-se a existência de 27 unidades de ensino pública municipais. Devido ao tempo disponível para realização da pesquisa e ainda a logística a ser aplicada, optou-se por realizar a pesquisa apenas na área urbana do município, o que reduziu o quantitativo para 17 escolas.

Definido o público alvo da pesquisa concluiu-se o questionário e iniciou-se a entrega dos mesmos nas escolas aqueles destinados aos gestores bem como aos presidente da associação de pais e professores da unidade. Os questionários direcionados aos conselheiros municipais de educação, foram entregues para a atual presidente do conselho municipal de educação.

Com relação aos gestores escolares e os presidentes das APP's, depois de encerrado o prazo apontado pelos participantes da pesquisa, para o seu respectivo recolhimento, no entanto, sem êxito. O período em que foi realizada a aplicação da pesquisa não favoreceu para que houvesse a contribuição de todos os participantes, coincidir com o encerramento do ano letivo, bem como o fechamento da prestação de contas, e após vários retornos nas unidades sem sucesso, optou-se por realizar seu fechamento com o quantitativo em mãos o que diminuiu a amostra para 8 gestores das escolas e apenas 5 presidentes de APP's.

Os questionários direcionados aos conselheiros municipais de educação foram entregues de acordo com relato da presidente, durante uma das reuniões em que o conselho promove mensalmente. Dos 9 conselheiros que compõe o quadro em exercício apenas 6 realizaram sua contribuição em tempo.

## **4 RESULTADOS**

### **4.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O OBJETO DE PESQUISA**

O município de Ji-Paraná, instituído no ano de 1977, conta hoje com aproximadamente 116.610 habitantes, conforme censo realizado no ano de 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e tem na base de sua economia a prestação de serviços, sendo esta modalidade, responsável por 70% da geração do Produto

Interno Bruto (PIB) local. A cidade tem em seu quantitativo 57 unidades de ensino públicas. Destas 27 escolas são municipais, as quais 17 encontram-se situadas na área urbana do município, optou-se por aplicar a pesquisa apenas na área urbana. O questionário foi entregue nas 17 escolas, entretanto a devolução do questionário respondido, só aconteceu em 8 escolas. Coincidir com o período de prestação de contas e recesso escolar está dentre os fatores impeditivos para ampliar a contribuição da pesquisa. Das associações de pais e professores houve contribuição de apenas 5 de um quantitativo de 17. Dos conselheiros municipais de educação apenas 6 do total de 9 questionados contribuíram com a pesquisa.

#### 4.2 A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ NA GESTÃO DE RECURSOS.

O Conselho Municipal de Educação de Ji-Paraná foi criado no ano de 2004, iniciando suas atividades apenas nos idos de 2007. Conta hoje com a colaboração de 09 (nove) conselheiros titulares, são eles que constituem o grupo de respondentes das questões cujos resultados são apresentados na sequência.

Conforme o Guia de Consulta do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) (2004) as funções atribuídas ao Conselho Municipal de Educação são: normativa, deliberativa, consultiva e fiscalizadora. Quando questionados sobre quais destas constituem a função principal do CME, 4 respondentes (67%) definem como função principal as ações de fiscalização, 2 respondentes (34%) consideram sua função normativa, as demais (consultiva e deliberativa) foram mencionadas apenas por um dos entrevistados, ou seja, por 17 % dos respondentes o outro 17% (1) não respondeu.

Diante desse resultado pode-se afirmar que os conselheiros acreditam que suas ações são concentradas em atividades fiscalizatórias enquanto as demais (normativa, consultiva e deliberativa) são previstas, entretanto não exercidas com tanto afinco. Diante das competências mencionadas anteriormente a participação junto ao Conselho Municipal de Educação, na percepção da maioria dos respondentes, durante o exercício de suas atribuições, finalidade e objetivos, favorece a melhoria da qualidade de educação local de acordo com quatro (67%) dos seis entrevistados.

E ao garantir benefícios aos usuários da educação pública municipal, o conselho auxilia na integração entre a sociedade civil e a gestão pública de acordo com 100% dos respondentes. A promoção dessa participação contribui para o exercício do controle social que se faz imprescindível no cenário da educação.

Quanto ao início da participação no CME, 2 (34%) respondentes informaram que a principal motivação foram os convites de conselheiros anteriores, outros 2 (34%) por iniciativa própria 2 (34%) apontaram como outros, não informando qual seria, 1 (17%) estão a convite da secretaria municipal de educação e o ultimo restante não respondeu. Quais fatores que os levaram a desejar realizar contribuições espontaneamente, no conselho não foram apontados.

É sabível que para uma atuação efetiva por parte do conselheiro, a capacitação se faz indispensável, é ela quem vai permitir aos conselheiros, exercer conscientemente sua função no CME. Atualmente 9 conselheiros compõe o quadro do CME, apenas 6 participaram respondendo ao questionário, destes 5 (83%) afirmam já terem participado de oficinas de formação e capacitação e assinalam como justificativa a realização dessas oficinas: capacitar os conselheiros, atualizá-los, promover troca de experiências entre os participantes.

A participação dos conselheiros em oficinas que abordem o que é, e como é elaborado o planejamento do orçamento público permitem a estes agentes provedores do controle social ampliar seu campo de visão acerca do seu papel. O Quadro 1 evidencia quantos dos conselheiros respondentes já vivenciaram capacitações que abordaram essa temática.

Alternativa:	Respondentes (%)
Sim	17
Não	17
Não responderam	68

Quadro 1 – Orçamento Público  
Fonte: Próprio autor, 2013.

Uma vez tendo ciência dos mecanismos de elaboração do orçamento público tradicional, no qual contribuem apenas agentes públicos, surge uma nova modalidade o “Orçamento Participativo”. Este modelo permite aos contribuintes, participação efetiva no momento de idealização das demandas a serem atendidas pelo ente público. O conselho municipal de educação é uma das formas de representação participativa. O quadro 2 demonstra quantos conhecem o termo orçamento participativo.

Alternativa	Respondentes (%)
Sim	17
Não	34
Não Responderam	51

Quadro 2 – Orçamento Participativo  
Fonte: Próprio autor, 2013.

Se o munícipe adotar o modelo participativo para atender as demandas apontadas pela população, conhecer as urgências coletivas da comunidade local e tão logo saná-las será menos trabalhoso. Mas e na educação é perceptível que esse molde participativo proporcione benefícios é o que a Quadro 3 demonstra:

Alternativa	Respondentes (%)
Sim	17
Não	-
Não responderam	83

Quadro 3 – Orçamento Participativo Benefícios  
Fonte: Próprio autor, 2013.

Dentre os benefícios assinalado por 1 (17%) dos respondentes, esta à correta destinação do recurso público, a resolução de demandas mais urgentes, além de estimular a participação popular nos momentos decisórios. Os outros 5 conselheiros (83%) não responderam ao questionamento.

Questionados se o conselho é consultado no momento de elaboração da proposta orçamentária 1 (17%) afirma que não são os demais (83%). No entanto, ao especificar-se se estes recursos aplicados são os exclusivamente a educação 4 (66%) afirmam que o conselho influencia no momento de planejar a destinação destes recursos específicos, principalmente através da proposição de ações possíveis, os outros 2 (34%) não responderam.

Essa acessibilidade não acontece quando se trata dos aspectos ligados à gestão dos recursos, 2 conselheiros (34%) afirmam que não contribuem para a gestão dos recursos e apenas 1 (17%) afirma contribuir, entretanto, não mencionou de que maneira se dá essa contribuição.

#### 4.3 A PERCEPÇÃO DOS GESTORES ESCOLARES

A amostra utilizada para essa seção é de 17 escolas públicas de ensino municipal, apenas 8 devolveram o questionário preenchido. Coincidir com período de encerramento do ano letivo e apresentar a prestação de contas anual foram os fatores impeditivos de se expandir o quantitativo da pesquisa.

A Prefeitura Municipal de Ji-Paraná oferece capacitação para a gestão do recurso público de acordo com 100% dos respondentes e apontaram como principal fator instruir os dirigentes da aplicação do recurso público e ainda conscientizar acerca da responsabilidade do manuseio do recurso público. Os gestores concordam em unanimidade que essas oficinas contribuem para a construção do planejamento, execução e posterior prestação de contas.

Quando ativistas de segmentos semelhantes em diferentes locais de atuação se unem em prol da sensibilização dos Gestores Públicos com relação as suas ações, a possibilidade da ação ser favorável ao grupo é maior, quando estes solicitam ações que proporcionem benefícios coletivos. O quadro 4 aponta se há integração/ interação entre o Conselho Municipal de Educação (CME) de Ji-Paraná, Associação de Pais e Professores (APP) e a Gestão Escolar conforme percepção dos diretores de escola:

<b>Alternativa:</b>	<b>Respondentes (%)</b>
Sim	75
Não	25

Quadro 4 – Integração / Interação CME, APP e Gestores Escolares  
Fonte: Próprio autor, 2013.

Aqueles que optaram pela afirmativa “sim” apontam que a integração/interação ocorre nos momentos de planejamento anual.

Os gestores escolares foram unânimes em apontar que sua principal função com relação à prestação de contas é: planejamento, execução e prestação de contas. Evidencia em sua maioria (87,5%) o gestor tem cumprido essa atribuição. Dentre os motivos selecionados pelos que acreditam não ser possível a plena execução dessa atribuição está o fator indisponibilidade de tempo, ou outros motivos não revelados pelos questionados.

Perguntado aos gestores escolares se os pais que não são membros da Associação de Pais e Professores participam das reuniões promovidas por eles para destinação do recurso disponível para escola, eles foram unânimes em afirmar que estes além de participar conhecem as demandas da escola e influenciam no processo de tomada de decisão de destinação do recurso.

Os munícipes de acordo com os todos os diretores respondentes da pesquisa, ofertam oficinas de esclarecimento sobre orçamento público e que estas formações ocorrem durante o planejamento anual, em demandas que exijam essa capacitação, ou quando é ofertado em outras instituições. São convidados a participar os dirigentes da Associação de Pais e Professores (APP) da escola de acordo com a resposta de 3 (38%) dos 8 questionados, apenas os gestores são apontados por eles como convidados em 38% (3) dos questionários. No

entanto, ao serem solicitados a apontar quem realmente participam os gestores foram apontados pela maioria deles. Esses momentos de formação são facilitados por colaboradores das próprias repartições públicas.

Uma vez tendo ciência dos mecanismos de elaboração do orçamento público tradicional, no qual contribuem apenas agentes públicos, surge uma nova modalidade o “Orçamento Participativo”. Este modelo permite aos contribuintes, participação efetiva no momento de planejamento de ações que culminem no atendimento das demandas possíveis pelo ente público. O conselho municipal de educação é uma das formas de representação participativa. Mas será que seus militantes conhecem o termo? Veja a seguir no quadro 5:

Alternativa	Respondentes (%)
Sim	63
Não	-
Não Responderam	37

Quadro 5 – Orçamento Participativo  
Fonte: Próprio autor, 2013.

Questionados se é aplicado o modelo participativo na educação do município de Ji-Paraná 50% afirmam que é praticado, outros 50% afirmam não ser praticado o orçamento participativo na educação. Dentre as ações que denotam a existência do modelo de orçamento participativo na educação do município de Ji-Paraná está à realização de audiências públicas pelos municípios. Dos que apontaram que não há a opção mais apontada é a ausência de explicação do que é o orçamento participativo.

Os gestores concordam em unanimidade que a adoção do modelo de orçamento participativo proporciona benefícios aos colaboradores e usuários da educação dentre eles a correta aplicabilidade do recurso, proporcionaria maior agilidade na resolução de demandas mais urgentes.

Questionados se são consultados no momento de elaboração da proposta orçamentária para o município como um todo, 63% afirmam que não contribuem nas questões financeiras do município. O convite direto por parte dos municípios, a divulgação de quando ocorrem essas discussões e a promoção de momentos de formação para fomentar o debate acerca da aplicação de recurso público são os principais fatores que aumentariam a participação.

#### 4.4 DOS PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES (APP)

O questionário foi entregue aos 17 presidentes das associações de pais e professores das escolas municipais da área urbana de Ji-Paraná, apenas 5 contribuíram com a pesquisa. As



funções do CME e APP são semelhantes em alguns aspectos, para a pesquisa o quesito controle do recurso público essencialmente. O CME atua no macro (município), enquanto a APP no micro (escola). Mas e como os representantes dessas associações visualizam seu papel. De acordo com o quadro 6, compete ao presidente da APP o exercício das seguintes funções (normativa, deliberativa, consultiva e fiscalizadora):

<b>Alternativa:</b>	<b>Respondentes (%)</b>
Normativa	-
Deliberativa	20
Consultiva	20
Fiscalizadora	40
Não Responderam	20
Normativa	-

Quadro 6 – Função APP  
Fonte: Próprio autor, 2013.

As escolhas das ações fiscalizatórias denotam que o controle social nas escolas acontece com mais facilidade se comparadas com os apontamentos realizados pelos componentes do CME. E diante dos aspectos fiscalizadores os presidentes das associações visualizam como suas reais atribuições o planejamento, acompanhamento da execução das aplicações dos recursos destinados à escola e posteriormente sua fiscalização, e que tem sido possível a ações neste sentido.

Das reuniões promovidas pelas APP's nas escolas, seus representantes afirmam que os outros pais que não são membros da associação participam das reuniões, e que estes conhecem as demandas da escola, participam e influenciam na tomada de decisão na destinação do recurso público. Questionados sobre a oferta de formação para esclarecimento do que é orçamento público 60% afirmam não realizar. Daqueles que afirmaram realizar (40%) apontam como facilitadores funcionários da própria administração pública.

Orçamento Participativo é uma proposta orçamentária elaborada pelo ente público no qual a população civil colabora no momento da construção. O quadro 7 evidencia qual o percentual dos conselheiros que contribuíram com a pesquisa conhecem a expressão “orçamento participativo”:

<b>Alternativa</b>	<b>Respondentes (%)</b>
<b>Sim</b>	<b>80</b>
<b>Não</b>	<b>-</b>
<b>Não Responderam</b>	<b>20</b>

Quadro 7 – Orçamento Participativo  
Fonte: Próprio autor, 2013.

Informação contraditória, já que ao serem solicitados a escolherem uma das alternativas de como conceituariam tal expressão a afirmativa incorreta foi à escolhida pela maioria (60%).

Um dos mecanismos de exercício do controle social é a existência de associações, uma delas a de pais e professores inseridas nas instituições públicas de ensino. A associação de Pais e Professores (APP), além de realizar a função de controle, participa da construção do planejamento referente à aplicação dos recursos públicos que a escola na qual atuam recebem. Se há a prática de modelo de elaboração orçamentária participativa na educação do município de Ji-Paraná o quadro 8 evidencia:

Alternativa	Respondentes (%)
Sim	80
Não	-
Não responderam	20

Quadro 8 – Benefícios do Orçamento Participativo  
Fonte: Próprio autor, 2013.

O meio utilizado para aplicabilidade de elaboração da proposta participativa na educação do município é através de audiências públicas e que essa opção culmina na aplicação correta do dinheiro bem como estimula a participação da população nos momentos decisórios. Essa participação poderia ser ampliada caso os pais membros das associações escolares fosse convocados a contribuir no debate 40% disseram não serem convidados.

Com relação ao acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos na escola os presidentes das APP's afirmam contribuir (60%). Essa cooperação ocorre através da elaboração de projetos a serem desenvolvidos na escola e no acompanhamento e verificação da veracidade da prestação de contas emitida pelo gestor da escola, além de informar aos demais pais da importância de se participar no processo decisório de gestão do dinheiro público aplicado na escola.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os conselhos gestores de políticas públicas, de acordo com Lacerda e Lima (2011) galgam melhorias para a qualidade de vida da comunidade local, fortalecendo movimentos que tenham essa finalidade como bandeira. E a educação deveria ser o principal meio de

fortalecimento e conscientização das pessoas acerca da importância que tem a luta pelos seus direitos.

Essa informação é ratificada quando Salles (2010) afirma que a constituição dos Conselhos Municipais foi um dos agentes que contribuíram no movimento existente permitindo que estes espaços onde são construídas ações e consequentemente políticas públicas sejam mais flexíveis.

A apuração do resultado a que se propôs esta pesquisa evidencia como ocorre a participação do Conselho Municipal de Educação e de seus aliados (gestores escolares e associações de pais e professores) e sua importância quanto à aplicação do dinheiro de origem pública que deve essencialmente atender as demandas coletivas da população na área da educação.

E ao favorecer o processo de autonomia política e administrativa da gestão pública direta ou indireta seus participantes estimulam renovações tanto nos aspectos institucionais quanto infraconstitucionais. Fato este confirmado através da apuração de resultado da pesquisa a qual, ao mencionar que as melhorias na educação são as principais evidências da importância de sua existência.

Cunha (2003) ao alegar que os conselhos representantes, desempenham a função de controle social da Gestão Pública em diversas áreas entre elas a educação, que por conhecer as demandas da comunidade e ter seu acesso facilitado junto aos munícipes, assumem a função de agentes norteadores com relação aplicação do dinheiro público, irão influenciar o gestor sobre onde e como aplicar os recursos disponíveis para educação através da apresentação de proposta, afirmam 66% (4) dos questionados.

Haddad (2004), ao contribuir na construção do Guia de Consulta do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho), afirma que uma nação que anseia se firmar nos pilares da ética, justiça social e democracia plena só é possível se ofertar aos seus uma educação com efetiva qualidade Social.

Os valores aplicados na educação têm dentre suas funções sociais, permitirem á população que não dispõe de fartos recursos, a possibilidade de amenizar os efeitos da desigualdade social que vivenciam diariamente, através da proposição de ações que proporcione melhorias na qualidade de vida dos cidadãos.

Observou-se durante a apuração dos resultados que quando questionados acerca da sua influencia da participação cidadã nas questões relacionadas a educação acontecem através da

proposição de ações (conselho municipal de educação) e nas reuniões que a escola promove para que seja legitimado o processo de aplicação do recurso que elas recebem.

Entretanto, nos aspectos que vão além aos da educação, houve abstenção na resposta da maioria das proposições colocadas entre os três segmentos abordados (CME, gestores escolares e APP's). Para que sejam garantidas melhorias no contexto geral, uma vez que não só a educação garante benefícios a comunidade local e que sofrem influência das ações realizadas por agentes políticos, é indispensável que a população seja atuante nos demais segmentos do ente público, tais como, saúde, ação social, meio ambiente.

Nogueira (2013) afirma que da sua criação até os dias atuais houve significativas mudanças na composição e atuação dos conselhos, no entanto, aponta quatro grandes desafios: romper com a estrutura patrimonialista, superar a visão de órgão de governo para a de órgão de Estado, articular-se com a escola e obter uma composição mais representativa da sociedade.

E por meio da pesquisa é possível evidenciar que a participação do CME ocorre através elaboração de propostas de aplicação do recurso público tais como: ampliação de escolas, aquisição de material didático-pedagógico, ampliação do numero de atendidos em uma das unidades da rede municipal de ensino. E que além de realizar essas proposições o conselho atua no estudo das *práxis* da legislação que contempla a educação, uma vez que esta está em constante alteração. Analisar possibilidades de aplicação e posterior fiscalização do cumprimento dessas ações. As mudanças promovidas durante a atuação do conselho municipal de ensino é que hoje a administração pública não aplica os recursos à revelia, sem que haja conhecimento das reais demandas locais e que o conselho é um dos fatores dessa melhoria.

No entanto, a abstenção da maioria das proposições questionadas dos três segmentos abrangidos (conselho municipal de educação, gestores escolares e associações de pais e professores) evidencia que apesar de apontarem a realização de oficinas de capacitação ainda é perceptível que estas ainda são necessárias e que o comprometimento com a participação nestes espaços deve ir além da responsabilização em documentos que qualifiquem sua participação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação popular é algo que vem sendo incentivada desde a construção da Constituição Federal de 1988. Para que se afastassem de vez todos os fantasmas

proporcionados da opressão vivenciada durante o regime militar. No entanto, ampliar o quantitativo sem preocupar-se com a qualidade dessa participação, acaba fragilizando o processo.

Os conselhos gestores representam a participação popular, no entanto, em uma configuração organizada. E para que o individuo representante da comunidade a qual participe faça essa representação consciente é necessário que este se disponibilize a conhecer a fundo a instituição em que vai atuar analisar seu funcionamento e qual é a sua função que lhe é atribuída legalmente.

A pesquisa aqui proposta evidenciou (quando questionados se os conselheiros influenciam o gestor público no momento da decisão da destinação do recurso 67%, ou seja, 4 respondentes afirmam que sim), que é possível acessar e contribuir durante toda a construção do planejamento que proporcione a oferta de uma educação pública de qualidade, mas, que para isso é indispensável que haja a apresentação de projetos não apenas daqueles que nos representem politicamente e sim de todos os que estão envolvidos no processo.

Para que essa construção se realize a imparcialidade e desprendimento daqueles que representam a comunidade local se fazem imprescindíveis, pois, mostrarem-se acessíveis no momento inicial da construção da pesquisa não ameniza o fato de absterem-se ao serem questionado em como ocorre de fato a sua participação.

Os questionários foram distribuídos no início do mês de dezembro, porém, devido o período ser de encerramento de ano letivo bem como da prestação de contas, percebeu-se indisponibilidade de tempo de alguns e indisposição de outros em contribuir com a pesquisa. No entanto, mesmo depois de passado este tumultuado momento observou-se que não havia interesse de alguns pesquisados em responderem aos questionários, ou ainda não assinalando os campos necessários a apuração dos resultados.

Contudo evidenciou-se que os conselhos exercem influência na gestão pública durante o planejamento da aplicação dos recursos destinados a educação através da proposição de ações possíveis, mas que é necessário intensificar a qualificação dos conselheiros frente as suas atribuições, para que assim possam melhorar a qualidade durante a sua efetiva contribuição.

A pesquisa científica é uma constante construção, neste sentido sugere-se que sejam pesquisadas outras formas de participação nas outras secretarias de municípios, ou mesmo em nível de estado. A pesquisa nesta área tem relevância uma vez que além de fomentar a produção acadêmica, pode atuar como uma das formas de se estimular a participação dos leitores em um dos cenário participativos possíveis.

## REFERÊNCIAS

AMARRIBO, Brasil. **Conheça Histórico**. Disponível em:  
<[http://www.amarribo.org.br/pt\\_BR/conheca/historico](http://www.amarribo.org.br/pt_BR/conheca/historico)>. Acesso em: 13 jan. 2014.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. São Paulo, Atlas, 2002.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8 ed. São Paulo, Atlas, 1994.

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. **A Inovação Democrática no Brasil: O Orçamento Participativo**. São Paulo, Cortez, 2003.

BASTOS, João Baptista. **Gestão Democrática**. 4 ed. Rio de Janeiro, SEPE, 2005.

BRASIL, **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em:  
<<http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Controle Social**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/controlesocial>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Direitos do Consumidor**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm)>. Acesso em: 6 jan. 2014.

Brasil. **Presidência da República , Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil**. [Internet] Brasília, DF; 2002. Disponível em  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)> Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL. **Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação Pró Conselho: Guia de Consulta**. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro\\_cons/guia\\_consulta.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro_cons/guia_consulta.pdf)> Acesso em 04 fev. 2014.

CALDERON, Adolfo Ignácio; MARIM, Vlademir. **Educação e Políticas Públicas: Os Conselhos Municipais em Questão**. Disponível em:

<<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/viewFile/113/114>>  
Acesso em 21 jan. 2014.

CAMPOS, Marília Freitas de; TOZONI, Reis. **Metodologia da Pesquisa**. 1 ed. Curitiba, IESDE Brasil S.A., 2005.

CASTRO, Róbinson Gonçalves de; LIMA, Diana Vaz de. **Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios**. São Paulo, Atlas, 2000.

CUNHA, Scheila Santos. **Controle Social e seus Instrumentos**. Disponível em:  
<<http://socialiris.org/imagem/boletim/arq493428c8bc3db.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

DOURADO, Luis Fernandes. **Conselho Escolar e o Financiamento da educação no Brasil**. Brasília, Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. Disponível em:  
<[http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Crpf/CrpfAcervo000100/Legado\\_Livros\\_Moacir\\_Gadotti\\_Escola\\_cidadaa.pdf](http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Crpf/CrpfAcervo000100/Legado_Livros_Moacir_Gadotti_Escola_cidadaa.pdf)>. Acesso em 20 fev. 2014.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 7 ed. São Paulo, Atlas, 1997.

GONH, Maria da Glória. **Conselhos Gestores: Participação Sócio Política**. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões de Nossa Época)

GUEDES, Enildo Marinho. **Curso de Metodologia Científica**. 2 ed. Curitiba, HD Livros, 2000.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Compacto Jurídico**. 16 ed. São Paulo, Rideel, 2012.

LACERDA, Damião Pereira; LIMA, Yure Silva. **CONTROLE SOCIAL E EDUCAÇÃO: Análise da Experiência dos Conselhos Escolares da Rede Municipal de Pedra Branca - PB**. Disponível em: <[http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/control-social\\_e-educaacao-analise-da-experiancia-dos-conselhos-escolares-da-rede-municipal-de-pedra-brancapb\\_1343916895.pdf](http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/control-social_e-educaacao-analise-da-experiancia-dos-conselhos-escolares-da-rede-municipal-de-pedra-brancapb_1343916895.pdf)>. Acesso em 14 jan. 2014.

MINGHELLI, Marcelo. **Orçamento Participativo: Uma Leitura Jurídico-Política**. Canoas, Ulbra, 2005.

MORTATTI, Maria Eloisa Velosa. **Gestão Democrática Como Um Processo de Educação para a Cidadania**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-21062007-155119/pt-br.php>>. Acesso em ago. 2013.

NETO, Antonio Natrielli; JUNIOR, Orlando Guimaro. **Manual das Associações**. Disponível em: <<http://www.semdes.piracicaba.sp.gov.br/webmanager/pdf/manual%20de%20associados.pdf>> > Acessado em 13 jan. 2014.

NOGUEIRA, Maria Ieda. **Os Desafios dos Conselhos**. Disponível em: <<http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/16/artigo246379-1.asp>>. Acesso em 29 jan. 2014.

Observatório Social do Brasil. **O que é um Observatório Social (OS)?**. Disponível em: <<http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/FreeComponent22726content193071.shtml>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

RAMALHO, Maria Estelina Nunes; SILVA, Luiz Antônio Coêlho da. **Avanços e Limites da Participação Social e do Controle Social no Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Santa Inês – PB**. Disponível em: [http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/avanaos\\_e\\_limites\\_da\\_participacao\\_social\\_e\\_do\\_controle\\_social\\_no\\_conselho\\_municipal\\_de\\_assistencia\\_social\\_do\\_municapio\\_de\\_santa\\_inas\\_\\_pb\\_1343400569.pdf](http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/avanaos_e_limites_da_participacao_social_e_do_controle_social_no_conselho_municipal_de_assistencia_social_do_municapio_de_santa_inas__pb_1343400569.pdf)> Acesso em 03 fev. 2014.

SALLES, Helena da Motta. **Gestão Democrática e Participativa**. Disponível em: <[http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/pub\\_1291086813.pdf](http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/pub_1291086813.pdf)>. Acesso em 20 de fev. 2014.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**. 4 ed. São Paulo, Atlas, 2000.

SILVA, Valmir Leôncio da. **A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Uma Abordagem Prática**. São Paulo, Atlas, 2012.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública Um Enfoque na Contabilidade Municipal**. 2 ed. São Paulo, Atlas, 2003.



## APÊNDICE

APENDICE A – Questionário aplicado aos Conselheiros do Conselho Municipal de Educação de Ji-Paraná.

1. Em que ano iniciou sua participação no Conselho Municipal de Educação (CME)?
2. Qual sua função no CME?
3. Sua função caracteriza-se mais como sendo:
  - (        ) Normativa?
  - (        ) Deliberativa?
  - (        ) Consultiva?
  - (        ) Fiscalizadora?
4. Como surgiu a oportunidade de integrar o Conselho Municipal de Educação?
  - (        ) Espontânea vontade
  - (        ) Convite de conselheiros anteriores.
  - (        ) Convite da secretaria municipal de educação
  - (        ) Outros:
5. Você já participou de alguma capacitação para conselheiro do CME?
  - (        ) SIM                      (        ) NÃO
6. Se sua resposta foi “Sim”, poderia informar de quantas já participou?
7. Em sua percepção, qual o principal motivo da realização dessas capacitações?
  - (        ) Capacitar os conselheiros.
  - (        ) Atualização.
  - (        ) Promover troca de experiências dentre os conselheiros.
  - (        ) Nenhuma das alternativas anteriores.
8. Caso você ainda não tenha participado de capacitação para conselheiro do CME, poderia elencar os motivos de sua “não” participação?
  - (        ) Por não serem convidados.
  - (        ) Por falta de interesse.
  - (        ) Por indisponibilidade de tempo.
9. Em sua opinião, quais as principais influências resultantes da existência e da atuação do CME para a Educação no Município?
  - (        ) Melhoria na qualidade da educação local.
  - (        ) Proximidade da população e gestor público.
  - (        ) Otimizar o tempo de solução das demandas na pasta de educação.
  - (        ) Outros
10. Existe interação e integração entre o CME e o CEE (Conselho Estadual de Educação)?
  - (        ) SIM                      (        ) NÃO
11. Se sua resposta foi “Sim”, como ocorre essa interação? Como ocorre essa integração?
  - (        ) Através de reuniões promovidas em conjunto.
  - (        ) Através de momentos de formação.
  - (        ) Através de planejamento anual de atividades em conjunto.
  - (        ) Outros:
12. Em sua opinião, quais são as reais atribuições de um CME?
  - (        ) Viabilizar a aplicação de normativos pertinentes.
  - (        ) Promover integração entre sociedade civil e gestão pública.
  - (        ) Atuar como porta-voz do gestor público municipal a população local.
  - (        ) Outros:

Em sua opinião, o CME do Município de Ji-Paraná tem cumprido essas atribuições?

  - (        ) SIM                      (        ) NÃO
13. Em sua percepção quais os principais fatores que dificultam (fatores impeditivos) a atuação e a execução das atribuições do CME?
  - (        ) Por não ser permitida a intervenção.

- (        ) Por falta de interesse.  
 (        ) Por indisponibilidade de tempo.
14. Na legislação do Município de Ji-Paraná há explicitações das finalidades e dos objetivos atribuídos ao CME ou ainda de outras abordagens relacionadas a este?  
 (        ) SIM        (        ) NÃO        (        ) DESCONHEÇO
15. Se sua resposta for “Sim”, poderia informar que dispositivos legais são esses?
16. Se sua resposta for “Não”, qual a legislação que regulamento o CME do Município de Ji-Paraná?
17. O prefeito da última gestão participava das reuniões realizadas?  
 (        ) SIM (        ) NÃO
18. A população participa das reuniões promovidas pelo conselho?  
 (        ) SIM (        ) NÃO
19. Caso a resposta seja “SIM”, qual a influência da opinião do cidadão na tomada de decisão de recursos?  
 (        ) Contribuem no debate, mas, não influenciam.  
 (        ) Conhecem as demandas participam e influenciam.  
 (        ) Conhecem as demandas, não contribuem no debate e não influenciam.  
 (        ) Outros:
20. Caso a resposta seja “NÃO”, quais os motivos possíveis pelos quais ela não participa?  
 (        ) Por não serem convidados.  
 (        ) Por falta de interesse.  
 (        ) Por indisponibilidade de tempo.  
 (        ) Outros:
21. O conselho realiza momentos de formação para esclarecimento sobre orçamento público? (   ) SIM        (   ) NÃO
22. Caso a resposta seja “SIM”, que momentos são esses?  
 (        ) Durante o planejamento anual.  
 (        ) Quando surge alguma ação em que exige.  
 (        ) Quando surge oferta através de outras instituições ( prefeitura, tribunais de contas, ministério público, controladorias do município).  
 (        ) Outros:
23. Quem é convidado a participar?  
 (        ) Somente os conselheiros.  
 (        ) Secretaria municipal de educação e conselheiro municipais.  
 (        ) Secretaria municipal de educação, conselheiros municipais e representantes de APP das escolas do município.  
 (        ) Outros:
24. Quem normalmente participa de fato?  
 (        ) Somente os conselheiros.  
 (        ) Secretaria municipal de educação e conselheiro municipais.  
 (        ) Secretaria municipal de educação, conselheiros municipais e representantes de APP das escolas do município.  
 (        ) Outros:
25. Quem são os facilitadores?  
 (        ) Funcionários designados por repartições públicas (prefeitura, tribunais de contas, ministério público, controladorias do município).  
 (        ) Dirigentes de outros conselhos.  
 (        ) Antigos participantes.  
 (        ) Outros:
26. Conhece o termo orçamento participativo? (   ) SIM (   ) NÃO

27. Se conhece, em sua opinião, como você conceituaria?
- (        ) Modelo de planejamento orçamentário em que os senadores participam.
  - (        ) Modelo de planejamento orçamentário em que todos os prefeitos se unem para realizar a elaboração.
  - (        ) Modelo de planejamento orçamentário em que a sociedade civil contribui e opina durante a elaboração.
28. Se não conhece, quais os fatores ou fatos motivadores desse desconhecimento?
- (        ) Não tem acesso à informação.
  - (        ) Falta de interesse.
  - (        ) Conhecia, mas, não com esse termo.
  - (        ) Nenhuma das informações anteriores.
29. Em sua opinião, no Município de Ji-Paraná é praticado o Orçamento Participativo na Educação? (        ) SIM (        ) NÃO
30. Se sua resposta for “Sim”, quais são as ações que denotam, ou seja, que evidenciam a prática do Orçamento Participativo na Educação no Município de Ji-Paraná?
- (        ) Através de audiências públicas.
  - (        ) Através de reuniões por bairro.
  - (        ) Através de votação nos meios de comunicação.
  - (        ) Nenhuma das alternativas anteriores.
31. Se sua resposta for “Não”, quais os fatores, em sua opinião, que impedem a existência e prática do Orçamento Participativo na Educação no Município de Ji-Paraná?
- (        ) Falta de interesse da população em geral.
  - (        ) Falta de iniciativa do munícipe.
  - (        ) Falta da divulgação do que seja orçamento participativo.
  - (        ) Nenhuma das alternativas anteriores.
32. Em sua opinião, a existência do Orçamento Participativo na Educação proporciona benefícios? (        ) SIM (        ) NÃO
33. Se sua resposta foi “Sim”, poderia citar alguns benefícios proporcionados pela prática do Orçamento Participativo na Educação no Município de Ji-Paraná?
- (        ) Correta destinação de recurso.
  - (        ) Resolução de problemas mais urgentes.
  - (        ) Estimular a participação da população nos momentos decisórios.
  - (        ) Nenhuma das alternativas anteriores.
34. O CME é consultado no momento de elaboração da proposta orçamentária?
- (        ) SIM (        ) NÃO
35. O CME influenciou ou tem influenciado a administração pública com relação à destinação dos recursos obrigatoriamente reservados a educação?
- (        ) SIM (        ) NÃO
36. Caso a resposta seja “SIM”, de que forma o CME influencia?
- (        ) Através da proposição de ações possíveis.
  - (        ) Participando ativamente das reuniões de elaboração da proposta orçamentária.
  - (        ) Nenhuma das alternativas anteriores.
37. Caso a resposta seja “NÃO” a quais fatores você atribui essa não influência?
- (        ) Os conselheiros não são convidados a participarem das audiências.
  - (        ) Não terem informações suficientes para contribuir com a proposta de elaboração orçamentária.
  - (        ) Atuar apenas como quorum nas reuniões.
  - (        ) Nenhuma das alternativas anteriores.
38. O CME contribui na gestão dos recursos aplicados na Educação do Município de Ji-Paraná? (        ) SIM (        ) NÃO

39. Caso seja afirmativa qual a função do Conselho no processo de gestão, ou seja, como se dá essa contribuição?

APENDICE B – Questionário aplicado aos Gestores das Escolas Municipais da área urbana de Ji-Paraná.

1. Nome:
2. Profissão:
3. Função:
4. Tempo que exerce a função:
5. A prefeitura oferta capacitação para gestão de recursos públicos?  
(        ) SIM                      (        ) NÃO
6. Se sua resposta foi “Sim”, poderia informar de quantas já participou?
7. Em sua percepção, qual o principal motivo da realização dessas capacitações?  
(        ) Capacitar os dirigentes da aplicação do recurso público.  
(        ) Evitar mau uso do dinheiro público.  
(        ) Conscientizar acerca da responsabilidade do manuseio de recurso público.  
(        ) Nenhuma das alternativas anteriores.
8. Caso você ainda não tenha participado de capacitação para gestão de recursos públicos, poderia elencar os motivos de sua “não” participação?  
(        ) Não houve convite formalizado.  
(        ) Indisponibilidade de tempo.  
(        ) Acredita ser desnecessário.  
(        ) Nenhuma das alternativas anteriores.
9. Caso sua resposta seja “SIM” você acredita que elas contribuem para a construção do planejamento, e posteriormente da execução e prestação de contas? (        ) SIM  
(        ) NÃO
10. Existe interação e integração entre o Conselho Municipal de Educação, Associação de Pais e Professores e Gestão Escolar? (        ) SIM                      (        ) NÃO
11. Se sua resposta foi “Sim”, como ocorre essa interação? Como ocorre essa integração?  
(        ) Através de reuniões promovidas em conjunto.  
(        ) Através de momentos de formação.  
(        ) Através de planejamento anual de atividades em conjunto.  
(        ) Outros:
12. Em sua opinião, quais são as reais atribuições dos Gestores Escolares referente gestão de recursos públicos?  
(        ) Apenas prestação de contas.  
(        ) Planejamento, execução e prestação de contas.  
(        ) Gerir recurso público a revelia.  
(        ) Outros:
13. Em sua opinião, a Gestão Escolar tem cumprido essas atribuições?  
(        ) SIM                      (        ) NÃO
14. Em sua percepção quais os principais fatores que dificultam (fatores impeditivos) a atuação e a execução das atribuições da Gestão de Recurso Público Escolar?  
(        ) Indisponibilidade de tempo.  
(        ) Falta de acesso à informação.  
(        ) Estrutura fragilizada.  
(        ) Outros:
15. Na legislação do Município de Ji-Paraná há explicitações das finalidades e dos objetivos atribuídos da Gestão Escolar ou ainda de outras abordagens relacionadas a este?  
(        ) SIM                      (        ) NÃO                      (        ) DESCONHEÇO
16. Se sua resposta for “Sim”, poderia informar quais aspectos são abordados?  
(        ) De que forma realizar a prestação de contas.

- ( ) Quais são as áreas em que pode ser utilizado recurso público.
- ( ) O que é atribuição do Gestor.
- ( ) Outros:
17. Se sua resposta for “Não”, qual a legislação que regulamenta Ji-Paraná a função de Gestor Escolar no município de Ji-Paraná?
18. A APP e os pais que não são membros da associação população participam das reuniões promovidas pelo Gestor (a) Escolar com relação à destinação do recurso disponibilizado a escola?
- ( ) SIM ( ) NÃO
19. Caso a resposta seja “SIM”, qual a influência da opinião dos pais na tomada de decisão de recursos?
- ( ) Contribuem no debate da escola, mas, não influenciam.
- ( ) Conhecem as demandas da escola participam e influenciam.
- ( ) Conhecem as demandas da escola, não contribuem no debate e não influenciam.
- ( ) Outros:
20. Caso a resposta seja “NÃO”, quais os motivos possíveis pelos quais ela não participa?
- ( ) Por não serem convidados.
- ( ) Por falta de interesse.
- ( ) Por indisponibilidade de tempo.
- ( ) Outros:
21. O município oferta momentos de formação para esclarecimento sobre orçamento público aos Gestores Escolares? ( ) SIM ( ) NÃO
22. Caso a resposta seja “SIM”, que momentos são esses?
- ( ) Durante o planejamento anual.
- ( ) Quando surge alguma ação em que exige.
- ( ) Quando surge oferta através de outras instituições ( prefeitura, tribunais de contas, ministério público, controladorias do município).
- ( ) Outros:
- Quem é convidado a participar?
- ( ) Somente os dirigentes da associação
- ( ) Toda a associação de pais e professores.
- ( ) Todos os pais e professores da escola.
- ( ) Outros:
- Quem normalmente participa de fato?
- ( ) Somente os gestores escolares.
- ( ) Todos os colaboradores envolvidos com a tesouraria da escola.
- ( ) Outros:
- Quem são os facilitadores?
- ( ) Funcionários designados por repartições públicas (prefeitura, tribunais de contas, ministério público, controladorias do município).
- ( ) Gestores anteriores.
- ( ) Outros:
- Conhece o termo orçamento participativo? ( ) SIM ( ) NÃO
23. Se conhece, em sua opinião, como você conceituaria?
- ( ) Modelo de planejamento orçamentário em que os senadores participam.
- ( ) Modelo de planejamento orçamentário em que todos os prefeitos se unem para realizar a elaboração.
- ( ) Modelo de planejamento orçamentário em que a sociedade civil contribui e opina durante a elaboração.

24. Se não conhece, quais os fatores ou fatos motivadores desse desconhecimento?
- ☐ Não tem acesso à informação.
  - ☐ Falta de interesse.
  - ☐ Conhecia, mas, não com esse termo.
  - ☐ Nenhuma das informações anteriores.
25. Em sua opinião, no Município de Ji-Paraná é praticado o Orçamento Participativo na Educação?
- ☐ SIM                      ☐ NÃO
26. Se sua resposta for “Sim”, quais são as ações que denotam, ou seja, que evidenciam a prática do Orçamento Participativo na Educação no Município de Ji-Paraná?
- ☐ Através de audiências públicas.
  - ☐ Através de reuniões por bairro.
  - ☐ Através de votação nos meios de comunicação.
  - ☐ Nenhuma das alternativas anteriores.
27. Se sua resposta for “Não”, quais os fatores, em sua opinião, que impedem a existência e prática do Orçamento Participativo na Educação no Município de Ji-Paraná?
- ☐ Falta de interesse da população em geral.
  - ☐ Falta de iniciativa do município.
  - ☐ Falta da divulgação do que seja orçamento participativo.
  - ☐ Nenhuma das alternativas anteriores.
28. Em sua opinião, a existência do Orçamento Participativo na Educação proporciona benefícios?
- ☐ SIM                      ☐ NÃO
29. Se sua resposta foi “Sim”, poderia citar alguns benefícios proporcionados pela prática do Orçamento Participativo na Educação no Município de Ji-Paraná?
- ☐ Correta destinação de recurso.
  - ☐ Resolução de problemas mais urgentes.
  - ☐ Estimular a participação da população nos momentos decisórios.
  - ☐ Nenhuma das alternativas anteriores.
30. Os Gestores Escolares são consultados no momento de elaboração da proposta orçamentária?
- ☐ SIM                      ☐ NÃO
31. A Gestão Escolar influenciou ou tem influenciado a administração pública com relação à destinação dos recursos obrigatoriamente reservados a educação?
- ☐ SIM                      ☐ NÃO
32. Caso a resposta seja “SIM”, de que forma a Gestão Escolar influencia?
- ☐ Através da proposição de ações possíveis.
  - ☐ Participando ativamente das reuniões de elaboração da proposta orçamentária.
  - ☐ Nenhuma das alternativas anteriores.
33. Caso a resposta seja “NÃO” a quais fatores você atribui essa não influência?
- ☐ Os gestores não são convidados a participarem das audiências.
  - ☐ Não terem informações suficientes para contribuir com a proposta de elaboração orçamentária.
  - ☐ Atuar apenas como quorum nas reuniões.
  - ☐ Nenhuma das alternativas anteriores.
- Em sua opinião os Gestores são participativos com relação à questão financeira no município de Ji-Paraná? ☐ SIM                      ☐ NÃO
34. Se sua resposta for afirmativa cite ações nas quais houve influência direta da Gestão Escolar.
35. Se sua resposta for negativa o que poderia favorecer essa participação?



APENDICE C – Questionário aplicado aos Presidentes das Associações de Pais e Professores das Escolas Municipais da área urbana de Ji-Paraná.

1. Em que ano iniciou sua participação na Associação de Pais e Professores (APP) desta Instituição?
2. Qual sua função na APP?
3. Sua função caracteriza-se mais como sendo:  
☐ Normativa?                      ☐ Deliberativa?                      ☐ Consultiva?  
☐ Fiscalizadora?
4. Como surgiu a oportunidade de integrar a Associação de Pais e Professores desta escola?  
☐ Espontânea vontade  
☐ Convite de professores  
☐ Convite diretor (a)  
☐ Convite de outros pais:
5. Em sua opinião, quais as principais influências resultantes da existência e da atuação da APP para a Escola em que atua?  
☐ Validar aplicação dos recursos da escola.  
☐ Discutir, planejar e validar a distribuição dos recursos da escola.  
☐ Fiscalizar a aplicação dos recursos aplicados na escola.  
☐ Nenhuma das alternativas anteriores.
6. Existe interação e integração entre APP e o Conselho Municipal de Educação? ( )  
SIM    ( ) NÃO
7. Se sua resposta foi “Sim”, como ocorre essa interação?  
☐ Através de reuniões promovidas em conjunto.  
☐ Através de momentos de formação.  
☐ Através de planejamento anual de atividades em conjunto.  
☐ Outros:
8. Em sua opinião, quais são as reais atribuições da APP dentro do ambiente da escola?  
☐ Fiscalizar a aplicação do recurso destinado á escola na qual atue como associado.  
☐ Planejar, acompanhar a execução e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola    em que atue como associado.  
☐ Auxiliar na promoção de eventos que angariem recursos pra escola.

- (        ) Promover a integração entre escola, comunidade e família.
9. Em sua opinião, a APP desta instituição tem cumprido essas atribuições? (    ) SIM  
(    ) NÃO
10. Por quais motivos tem ou não tem cumprido?
- (        ) Indisponibilidade de tempo.
- (        ) Falta de acesso a informação.
- (        ) Estrutura fragilizada.
- (        ) Outros:
11. Em sua percepção quais os principais fatores que dificultam (fatores impeditivos) a atuação e a execução das atribuições do CME?
- (        ) Falta de recurso.
- (        ) Indisponibilidade de tempo
- (        ) Acesso dificultado pelo gestor imediato da escola.
- (        ) Outros:
12. Os pais que não são membros efetivos da APP participam das reuniões promovidas pela associação?
- (        ) SIM                      (        ) NÃO
13. Caso a resposta seja “SIM”, qual a influência da opinião dos demais pais na tomada de decisão de destinação dos recursos?
- (        ) Contribuem no debate da escola mas, não influenciam.
- (        ) Conhecem as demandas da escola participam e influenciam.
- (        ) Conhecem as demandas da escola, não contribuem no debate e não influenciam .
- (        ) Outros:
14. Caso a resposta seja “NÃO”, quais os motivos possíveis pelos quais eles não participam?
- (        ) Por não serem convidados.
- (        ) Por falta de interesse.
- (        ) Por indisponibilidade de tempo.
- (        ) Outros:
15. O APP realiza momentos de formação para esclarecimento sobre orçamento público?
- (        ) Sim (    ) Não
16. Caso a resposta seja “SIM”, que momentos são esses?
- (        ) Durante o planejamento anual.

- (        ) Quando surge alguma ação em que exige.
- (        ) Quando surge oferta através de outras instituições ( prefeitura, tribunais de contas, ministério público, controladorias do município).
- (        ) Outros: \_\_\_\_\_
17. Quem é convidado a participar?
- (        ) Somente os dirigentes da associação
- (        ) Toda a associação de pais e professores.
- (        ) Todos os pais e professores da escola.
- (        ) Outros: \_\_\_\_\_
18. Quem normalmente participa de fato?
- (        ) Somente os dirigentes da associação
- (        ) Toda a associação de pais e professores.
- (        ) Todos os pais e professores da escola.
- (        ) Outros:
19. Quem são os facilitadores?
- (        ) Funcionários designados por repartições públicas (prefeitura, tribunais de contas, ministério público, controladorias do município).
- (        ) Dirigentes de outras APP's.
- (        ) Antigos participantes.
- (        ) Outros: \_\_\_\_\_
20. Conhece o termo orçamento participativo? (        ) SIM                      (        ) NÃO
21. Se conhece, em sua opinião, como você conceituaria?
- (        ) Modelo de planejamento orçamentário em que os senadores participam.
- (        ) Modelo de planejamento orçamentário em que todos os prefeitos se unem para realizar a elaboração.
- (        ) Modelo de planejamento orçamentário em que a sociedade civil contribui e opina durante a elaboração.
22. Se não conhece, quais os fatores ou fatos motivadores desse desconhecimento?
- (        ) Não tem acesso a informação.
- (        ) Falta de interesse.
- (        ) Conhecia, mas, não com esse termo.
- (        ) Nenhuma das informações anteriores.
23. Em sua opinião, no Município de Ji-Paraná é praticado o Orçamento Participativo na Educação?

- (        ) SIM                (        ) NÃO
24. Se sua resposta for “Sim”, quais são as ações que denotam, ou seja, que evidenciam a prática do Orçamento Participativo na Educação no Município de Ji-Paraná?
- (        ) Através de audiências públicas.
- (        ) Através de reuniões por bairro.
- (        ) Através de votação nos meios de comunicação.
- (        ) Nenhuma das alternativas anteriores.
25. Se sua resposta for “Não”, quais os fatores, em sua opinião, que impedem a existência e prática do Orçamento Participativo na Educação no Município de Ji-Paraná?
- (        ) Falta de interesse da população em geral.
- (        ) Falta de iniciativa do munícipe.
- (        ) Falta da divulgação do que seja orçamento participativo.
- (        ) Nenhuma das alternativas anteriores.
26. Em sua opinião, a existência do Orçamento Participativo na Educação proporciona benefícios?
- (        ) SIM                (        ) NÃO
27. Se sua resposta foi “Sim”, poderia citar alguns benefícios proporcionados pela prática do Orçamento Participativo na Educação no Município de Ji-Paraná?
- (        ) Correta destinação de recurso.
- (        ) Resolução de problemas mais urgentes.
- (        ) Estimular a participação da população nos momentos decisórios.
- (        ) Nenhuma das alternativas anteriores.
28. A APP é convidada a participar no momento de elaboração da proposta orçamentária?(        ) SIM (        ) NÃO
29. A APP influenciou ou tem influenciado a administração pública com relação à destinação dos recursos obrigatoriamente reservados a educação?
- (        ) SIM                (        ) NÃO
30. Caso a resposta seja “SIM”, de que forma o APP influencia?
- (        ) Através da proposição de ações possíveis.
- (        ) Participando ativamente das reuniões de elaboração da proposta orçamentária.
- (        ) Nenhuma das alternativas anteriores.
31. Caso a resposta seja “NÃO” a quais fatores você atribui essa não influência?
- (        ) Os associados não são convidados a participarem das audiências.
- (        ) Não terem informações suficientes para contribuir com a proposta de

elaboração orçamentária.

(        ) Atuar apenas como quorum nas reuniões.

(        ) Nenhuma das alternativas anteriores.

32. A APP contribui na gestão dos recursos destinados na instituição em questão?

(        ) SIM   (        ) NÃO

33. Quais são as atividades e iniciativas da APP neste sentido?

(        ) Elabora propostas para a correta aplicação do recurso público.

(        ) Fiscaliza a aplicação do recurso público.

(        ) Acompanha e verifica a veracidade prestação de contas apresentada pelos gestor escolar.

(        ) Todas as alternativas anteriores.

34. Quais são as atividades e iniciativas da APP neste sentido?

(        ) Evidencia quais demandas são mais urgentes e trabalha junto ao Conselho de Educação e Prefeitura Municipal meios de sanar conjuntamente tais pendências.

(        ) Informa os pais da importância de participar da gestão do recurso escolar.

(        ) Promove oficinas com os pais e professores acerca do tema Gestão do Recurso Escolar.

(        ) Outros:

35. Caso seja negativa quais os impedimentos que a APP enfrenta no processo de gestão dos recursos direcionados a instituição?

(        ) Os associados não são convidados a participarem das audiências.

(        ) Não terem informações suficientes para contribuir com a proposta de elaboração orçamentária.

(        ) Atuar apenas como quorum nas reuniões.

(        ) Nenhuma das alternativas anteriores.